



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 006/2026

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de esterilização cirúrgica (castração) de caninos e felinos (machos e fêmeas), compreendendo: procedimento cirúrgico com anestesia, aplicação de antibioticoterapia, anti-inflamatório, fornecimento de roupa cirúrgica pós-operatória e implantação de microchip para identificação eletrônica e registro animal permanente.

1.2. Alinhamento Estratégico e Orçamentário: A contratação está plenamente alinhada ao **Programa Orçamentário 177 – Sanidade Animal**, instituído pela **Lei Municipal nº 6.277, de 18 de fevereiro de 2026**, visando atender ações voltadas ao bem-estar animal e ao manejo populacional ético no Município.

1.3. Rastreabilidade e Controle de Metas: A microchipagem é a condição essencial para garantir que a meta física do **Convênio FPE nº 1524/2025** seja auditável, impedindo a duplicidade de pagamentos pelo mesmo animal e permitindo o monitoramento pós-operatório eficaz, atendendo rigorosamente aos objetivos pactuados com o Estado.

1.4. DO PÚBLICO-ALVO E DIRETRIZES DE ACESSO

1.5. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão destinados, **prioritariamente**, aos animais pertencentes aos seguintes grupos populacionais de São Borja:

I. Famílias em Situação de Vulnerabilidade: Tutoros devidamente inscritos no **Cadastro Único (CadÚnico)** do Governo Federal ou que comprovem renda familiar de até 03 (três) salários mínimos;

II. Animais em Situação de Rua: Caninos e felinos errantes, sem tutor definido, resgatados pela equipe da SMSMTD ou por protetores cadastrados;

III. Protetores Independentes e ONGs: Animais sob custódia temporária de protetores e entidades de proteção animal devidamente registradas no Município;

IV. Controle de Zoonoses: Animais identificados em áreas de risco sanitário ou locais com superpopulação crítica identificada pela fiscalização.

1.6. Do Fluxo de Autorização: O acesso aos serviços ocorrerá exclusivamente mediante a emissão de **Ordem de Serviço (OS)** pela SMSMTD, após triagem técnica e socioeconômica, garantindo que o recurso do **Convênio FPE nº 1524/2025** seja aplicado em conformidade com as metas sociais pactuadas.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Prestação de serviço de castração de cão (macho) até 10kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirúrgica + microchipagem + mão de obra	Un	25



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

02	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea) até 10kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	30
03	Prestação de serviço de castração de cão (macho) de 10,1kg a 20kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	07
04	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea), de 10,1kg a 20kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	07
05	Prestação de serviço de castração de cão (macho), de 20,1kg a 30kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	05
06	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea), de 20,1kg a 30kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	05
07	Prestação de serviço de castração de cão (macho), acima de 30,1kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	04
08	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea), acima de 30,1kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	04
09	Prestação de serviço de castração de gato (macho ou fêmea) , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra; a prestação de serviço de esterilização cirúrgica de Felinos (Macho ou Fêmea). “(A adoção de preço único para felinos fundamenta-se na simplificação do controle operacional e na busca pelo equilíbrio econômico-financeiro da contratação).”	Un	3

2.1. Prazo de Vigência: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura. O prazo para a **execução integral do objeto (castrações)** será de até **03 (três) meses**, conforme previsto no cronograma físico do Convênio FPE nº 1524/2025. O encerramento da vigência contratual está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

adstrito à data limite de **06 de outubro de 2026**, prazo final para a prestação de contas junto ao Estado do Rio Grande do Sul, não sendo admitidas prorrogações que extrapolem o período de validade do ajuste firmado com o Concedente, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pelo Estado.

2.2. Prazo de Execução (Meta do Convênio): Sem prejuízo do prazo de vigência, a execução integral do objeto deverá ocorrer no prazo de **até 03 (três) meses** a partir da Ordem de Início, visando garantir a prestação de contas final do **Convênio FPE nº 1524/2025** antes de seu encerramento em **06/10/2026**.

2.3. Vinculação Orçamentária e ao Convênio: A execução desta contratação está vinculada ao **Programa Orçamentário 177 – Sanidade Animal**, instituído pela **Lei Municipal nº 6.277/2026**.

- **2.3.1.** O Município reserva-se o direito de suspender a emissão de novas Ordens de Serviço caso os recursos provenientes do Convênio FPE nº 1524/2025 se esgotem antes do prazo de vigência contratual.
- **2.3.2.** A continuidade do serviço após o esaurimento do saldo do Convênio ficará condicionada à existência de saldo na contrapartida de recursos próprios prevista no Programa 177.
- **2.3.2** A despesa decorrente desta contratação correrá por conta do **Programa Orçamentário 177 – Sanidade Animal**, com suporte financeiro do **Convênio FPE nº 1524/2025** e recursos próprios do Município, conforme Lei Municipal nº 6.277/2026.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (X) serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

Justificativa da Classificação: "Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado médico-veterinário. A técnica cirúrgica, os protocolos anestésicos e os materiais de microchipagem seguem normas técnicas consagradas, permitindo a ampla disputa entre clínicas do ramo."

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperiosa de controle populacional de cães e gatos, visando a redução de animais errantes e o suporte a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme detalhado no **Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 004/2026/SMSMTD**.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

4.2. A contratação está vinculada à execução do **Convênio FPE nº 1524/2025 em anexo**, firmado com o Estado do Rio Grande do Sul, que destina o recurso de **R\$ 50.000,00** especificamente para ações de bem-estar animal e controle de zoonoses.

4.3. A despesa encontra-se devidamente autorizada e prevista no **Programa Orçamentário 177 – Sanidade Animal**, instituído pela **Lei Municipal nº 6.277, de 18 de fevereiro de 2026**, que atualizou o Plano Plurianual (PPA 2026/2029), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2026) e a Lei Orçamentária Anual (LOA 2026). A contratação visa o cumprimento do objetivo estratégico de "Atender ações voltadas ao Bem-Estar Animal" com dotação global de **R\$ 50.700,00** para o exercício vigente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Natureza do Serviço: A solução consiste na prestação de serviços médico-veterinários de esterilização cirúrgica (castração) de caninos e felinos (machos e fêmeas), com foco no controle populacional e sanidade animal.

5.2. Componentes da Solução: O serviço contratado compreende um pacote tecnológico e clínico indivisível, composto por:

- **Alojamento e Preparo:** Recepção do animal, conferência de jejum e preparo pré-operatório;
- **Procedimento Cirúrgico:** Castração realizada por médico veterinário habilitado, utilizando técnicas que garantam a segurança do animal;
- **Protocolo Anestésico e Medicamentoso:** Fornecimento de todos os fármacos necessários (anestesia, analgésicos e antibióticos de longa duração);
- **Tecnologia de Identificação (Microchipagem):** Fornecimento e implantação de microchip padrão ISO, com o registro dos dados em sistema para garantir a rastreabilidade exigida pelo **Convênio FPE nº 1524/2025**;
- **Segurança Pós-Operatória:** Fornecimento e colocação de barreira física (roupa cirúrgica ou colar elizabetano) inclusa no valor unitário;
- **Suporte Pós-Operatório Imediato:** Monitoramento do animal até a plena recuperação anestésica e fornecimento de orientações de cuidados aos tutores.

5.3. Infraestrutura Exigida: A empresa (clínica) vencedora deverá possuir instalações físicas adequadas e licenciadas pelos órgãos competentes (Alvará Sanitário e CRMV/RS), localizadas no perímetro urbano de São Borja/RS para garantir o acesso da população beneficiada, dotadas de centro cirúrgico equipado para situações de emergência.

5.4. Logística de Atendimento: O fluxo de atendimento será gerido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil (SMSMTD), que emitirá a Ordem de Serviço autorizando o cidadão ou protetor a encaminhar o animal à clínica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Obrigações da Contratada: A clínica vencedora obriga-se a:

- **6.2.1.** Executar os serviços conforme as normas do CRMV e os protocolos descritos no ETP, garantindo o bem-estar animal;
- **6.2.2.** Fornecer e implantar o microchip padrão ISO em todos os animais, registrando o número em relatório;
- **6.2.3. Registro Comprobatório:** Apresentar, para cada animal, **registro fotográfico** contendo: 1) O animal na balança (com peso visível); 2) O animal após o procedimento; 3) O visor do leitor de microchip com o número correspondente;
- **6.2.4.** Fornecer a medicação pós-operatória e a **barreira física** (roupa cirúrgica ou colar), conforme previsto no objeto;
- **6.2.5. Proibição de Cobrança Extra:** Fica terminantemente proibida a cobrança de qualquer valor adicional aos tutores, inclusive para consultas de retorno ou retirada de pontos;
- **6.2.6.** Responsabilizar-se por complicações cirúrgicas, garantindo o suporte necessário sem custo adicional ao Município.

6.2. Obrigações da Contratante :

- **6.3.1 (A Ordem de Serviço):** Garante que a clínica não castre qualquer animal "por conta própria" e tente cobrar depois. O controle do que será feito fica na mão do Município.
- **6.3.2 (A Fiscalização):** É a sua proteção contra auditorias do Estado. Você deixa claro que o pagamento só acontece se houver prova (fotos e relatórios).
- **6.3.3 (O Pagamento):** Cumpre a formalidade da Lei 14.133/21, condicionando o dinheiro ao "aceite do fiscal", o que é fundamental para evitar pagamentos por serviços mal executados

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Disposições Gerais da Execução: A execução do objeto desta licitação deverá seguir rigorosamente as diretrizes de bem-estar animal e as normas técnicas do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-RS).

A **Contratada** deverá observar o seguinte detalhamento técnico:

7.1.2. Prestação de serviço médico veterinário, compreendendo os procedimentos cirúrgicos de esterilização (ovário salpingo histerectomia) com técnicas minimamente invasivas em cães e gatos fêmeas, visando o controle populacional destes animais. Em todas as cirurgias de esterilização deverão ser utilizados pontos internos, tanto na síntese da musculatura e da pele, que em geral dispensam o retorno do animal para a retirada de pontos.

7.1.3. O prestador de serviço deverá realizar todos os procedimentos relacionados ao fluxo dos animais no local onde ocorrerão os eventos, desde a sua recepção até a liberação para o responsável.

7.1.4. O prestador de serviço deverá ainda realizar a avaliação clínica prévia à cirurgia, a fim de verificar se o animal está apto à realização da mesma, bem como orientar o tutor quanto à preparação pré-operatória;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

7.1.5. Suporte de Emergência: A Contratada deverá garantir canal de atendimento de emergência **24 horas** para intercorrências nas primeiras 48 horas após a cirurgia (ajustei de 24h para 48h porque é o período mais crítico).

7.1.6. Os animais que apresentarem qualquer condição patológica debilitante ou que possa constituir maior risco de morte ao animal não deverão ser castrados, porém será obrigatória a emissão de laudo/relatório, justificando sua suspensão, dada a ciência ao proprietário.

7.1.7. O local para a execução do serviço será as dependências da prestadora de serviço, desde que atendam às exigências legais de instalação, junto ao CRMV/RS e outros órgãos fiscalizadores.

7.1.8. Limitação de Procedimentos: Os serviços não incluem procedimentos extras. Contudo, em casos de patologias do sistema reprodutor identificadas no ato cirúrgico (como piometra ou tumores uterinos), a Contratada deverá realizar a remoção completa visando a saúde do animal, sendo o procedimento remunerado conforme o valor unitário do item de castração correspondente ao peso do animal, sem acréscimos de taxas de urgência ou materiais extras.

7.1.9. Identificação e Registro: É obrigação irrevogável da Contratada a implantação do microchip e a entrega do relatório fotográfico (animal na balança e número do chip) como condição para a medição e o pagamento, conforme as metas de rastreabilidade do **Convênio FPE nº 1524/2025**

7.1.10. As cirurgias de castração deverão ser realizadas exclusivamente por médicos veterinários graduados e registrados no CRMV-RS.

7.1.11. Os serviços deverão ser realizados com cronograma previamente estipulado entre a Secretaria Responsável Prestadora de serviço.

7.1.12. Os procedimentos deverão ser realizados, preferencialmente, no período da manhã, para que os animais sejam liberados até o fim da tarde, a critério da contratada.

7.1.13. O prestador de serviço deverá fornecer todos os materiais, medicamentos e equipamentos necessários para a execução.

7.1.14. Deverão apresentar mensalmente à Secretaria responsável (SMSMTD)relatório de atividades, onde contenha: Nome do proprietário; Endereço; Contato; Data da cirurgia executada; Dados do animal, RGA, espécie, gênero, porte, cor, peso, e cirurgia realizada e cirurgia realizada; **número do microchip implantado; registro fotográfico (animal na balança e leitor do chip) ;** Observações cabíveis.

7.1.15. O transporte dos animais até o local onde as cirurgias deverão ser realizadas será de responsabilidade única e exclusiva do proprietário;

7.1.16. Preencher e rubricar em formulário fornecido pelo município, o nome do médico veterinário responsável por cada cirurgia, e sempre que ocorrer substituições na equipe.

7.1.17. Desenvolver e submeter ao município para aprovação prévia, um Termo de Responsabilidade que deverá ser assinado pelo proprietário do animal que for submetido aos procedimentos cirúrgicos previstos.

7.1.18. Zelar para que o uso de instrumentos de contenção para preparo do animal seja feito com cautela e apenas nas situações necessárias a fim de que o animal não coloque em risco a si próprio, os outros animais ou as pessoas e profissionais.

7.1.19. Cada animal a ser castrado deverá receber uma dose de anti-inflamatório e de antibiótico injetável, ambas adequadas a cada espécie, porte e faixa etária, sendo de responsabilidade a disponibilização e aplicação desses medicamentos. O antibiótico utilizado deverá ser, obrigatoriamente, de longa duração, visando garantir a cobertura terapêutica mínima necessária para o período crítico de cicatrização.

7.1.20. Os animais (fêmeas e machos), após a castração, deverão sair da clínica com a devida barreira física, sendo utilizada preferencialmente a **roupa cirúrgica para as fêmeas** e o **colar elizabetano para os machos**, ou conforme indicação técnica específica para cada caso, garantindo que o animal não acesse a sutura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

7.1.21. Não permitir que pessoas não vinculadas à realização dos serviços permaneçam no local em que tais serviços forem prestados. O acesso do proprietário do animal a ser esterilizado poderá ser tolerado nas áreas reservadas aos procedimentos pré e pós cirúrgicos, quando necessário, para auxiliar com o manejo e contenção do animal.

7.1.22. Os médicos veterinários envolvidos deverão comunicar o proprietário do animal qualquer anormalidade que vierem a constatar durante os exames, cirurgia ou manejo de tal animal e, que, a critério do médico veterinário, exijam tratamento ou cuidados especiais.

7.1.23. Deverá substituir qualquer equipamento ou material que apresentar defeito antes ou durante sua utilização, de modo a não prejudicar o resultado do programa de esterilização de cães e gatos.

7.1.24. Deverá providenciar laudo escrito ao proprietário do animal que sofrer transtorno ou óbito durante os procedimentos, explicando quadro clínico e as razões determinantes dessa anormalidade. O município deverá receber cópia do mencionado laudo, considerando a ciência do proprietário e a sua total responsabilidade na destinação do cadáver do animal.

7.1.25. Assegurar que toda a equipe de trabalho se apresente adequadamente vestidos e paramentados com os EPI's – Equipamentos de Proteção Individual, sendo trocados àqueles previstos como de uso único a cada ato cirúrgico.

7.1.26. O prestador de serviço contratado deverá ser responsável pela idoneidade técnica e moral de seus prepostos e funcionários durante a realização dos serviços.

7.1.27. Desenvolver e submeter ao município para aprovação prévia, um documento com orientações pós-operatórias que deverá ser fornecido a todos os proprietários na saída da sala de recuperação, onde obrigatoriamente deverá constar nome (s) e meio (s) de contato para o caso de complicações no pós-operatório.

7.1.28. Para qualquer caso de complicação pós-operatória (exceto naquelas não relacionadas à cirurgia ou por omissão do proprietário do animal) é obrigação do prestador de serviço o atendimento ao munícipe e ao animal, sendo vedada a cobrança de qualquer valor adicional, tanto ao proprietário, quanto ao município.

7.2. A Clínica Veterinária deverá, obrigatoriamente, ser do município de São Borja, com sede na área urbana, considerando que, tecnicamente, em função da complexidade da cirurgia, recuperação e a não internação dos animais, caso haja alguma intercorrência, é necessário atendimento rápido e eficaz;

7.3. Caberá ao Município de São Borja (através das Secretarias competentes):

a) **Triagem e Testagem:** Realizar o exame de Leishmaniose Visceral Canina antes do animal ser encaminhado ao procedimento cirúrgico, garantindo a segurança sanitária da equipe e do ambiente clínico.

b) **Cadastramento e Controle:** Realizar o cadastramento prévio dos animais e tutores beneficiários, incluindo a verificação dos requisitos socioeconômicos.

c) **Logística de Agendamento:** o(a) Fiscal deverá fornecer à contratada a listagem oficial de animais aptos, com antecedência mínima de 15 dias, respeitando a grade de vagas disponibilizada pela prestadora de serviço.

d) **Gestão do Banco de Dados:** o(a) Fiscal deverá receber, conferir e arquivar os números de microchip e os registros fotográficos (animal/balança/leitoeiro) vinculados a cada animal atendido

e) **Fiscalização e Qualidade:** Realizar a avaliação periódica dos serviços... garantindo o cumprimento integral das metas do **Programa Orçamentário 177** e as exigências do Convênio Estadual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

8.1.1. Prazo de Vigência: o prazo de execução do objeto referente ao **Convênio FPE nº 1524/2025** está vinculado a vigência do referido instrumento, devendo todos os procedimentos previstos no Plano de Trabalho serem integralmente realizados, medidos e faturados até, no máximo, o dia **06 de outubro de 2026**, sob pena de encerramento da dotação orçamentária vinculada.

8.1.2. Prazo para Realização do Serviço: Visando atender às metas do Convênio FPE nº 1524/2025, a empresa contratada deverá ter capacidade técnica e operacional para realizar o montante total de castrações previstas (mínimo de 89 animais) no prazo máximo de **3 (três) meses**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria.

8.1.3. Prazo de Entrega do Relatório/Faturamento: A Contratada deverá entregar à Secretaria e a Fiscal a relação de animais atendidos e a respectiva documentação comprobatória (Fichas Clínicas e Fotos) mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, para fins de conferência e liquidação do pagamento.

8.1.4. Resumo do Fluxo de Prazos: A clínica realiza as castrações e tem até o **5º dia útil** do mês seguinte para entregar o relatório mensal. Caso a clínica atinja **50% do valor total** das castrações antes do fim do mês, ela pode entregar o relatório de imediato, sem necessidade de aguardar o 5º dia útil, visando agilizar o recebimento. **Em qualquer uma das situações (entrega mensal ou pelos 50%), o(a) Fiscal terá o prazo de 5 dias** para realizar a conferência técnica e o devido ateste da nota fiscal, momento em que se iniciará a contagem do prazo de **10 (dez) dias úteis para o pagamento**.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

8.2. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO

8.2.1. Local: Os serviços de esterilização cirúrgica deverão ser executados nas instalações físicas da empresa contratada, situada obrigatoriamente no Município de São Borja/RS.

8.2.2. Horário de Atendimento: A Contratada deverá disponibilizar agenda para os procedimentos de **segunda a sexta-feira, em horário comercial**, permitindo que a recepção dos animais ocorra no turno da manhã para que a recuperação anestésica e a alta ocorram até o final da tarde do mesmo dia, evitando a pernoite do animal na clínica (salvo indicação médica).

8.2.3. Horário de Atendimento: Os procedimentos deverão ser realizados em dias úteis, dentro do horário de funcionamento comercial das clínicas, mediante agendamento prévio com o tutor/protetor do animal.

8.2.4. Recepção e Entrega: A recepção do animal (para conferência de jejum) e a entrega (após recuperação anestésica) deverão ocorrer no mesmo dia, salvo em casos excepcionais de complicação clínica onde a internação seja necessária por indicação médica veterinária, sem custos adicionais para o Município.

8.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

8.3.1. Recebimento Provisório: Ocorrerá mensalmente, no momento da entrega da Nota Fiscal acompanhada do Relatório de Prestação de Serviços pela **empresa contratada**. O fiscal do contrato terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferir a documentação e os registros dos animais, conforme foi mencionado no item 8.1.4.

8.3.2. Itens Obrigatórios para o Recebimento: O serviço só será considerado entregue para fins de recebimento provisório se acompanhado de:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

- a) Foto do animal sobre a balança (com visor nítido comprovando o peso);
- b) Foto do leitor de microchip exibindo o número implantado;
- c) Foto do animal recuperado da anestesia (com a roupa cirúrgica/colar).

8.3.3. Recebimento Definitivo: Será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante ato formal (atesto da nota fiscal) assinado pelo servidor responsável, após a verificação da conformidade total dos serviços.

8.3.4. Rejeição do Objeto: Caso o serviço não atenda às especificações (ex: divergência entre o peso da foto e o peso cobrado na nota, ou falta de laudo), a contratada deverá sanar a irregularidade ou prestar esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis. O pagamento ficará suspenso até que a pendência seja resolvida, sem ônus para o Município.

8.3.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da empresa por vícios ou por danos decorrentes de imperícia técnica, nos termos da legislação vigente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a)** receber o serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g)** **Fornecer e publicar o Edital de Licitação (Pregão Eletrônico)**, garantindo a publicidade e a ampla competitividade entre as empresas interessadas. *(Ajustado de Credenciamento para Licitação)*.
- h)** Emitir, por meio do setor competente (SMSMTD), as **Ordens de Serviço (OS)** ou Autorizações de Procedimento, contendo a identificação do animal, o nome do tutor/protetor responsável e a faixa de peso estimada.
- i)** Designar, formalmente, os servidores responsáveis pela **Fiscalização e Gestão do Contrato**, que realizarão a conferência técnica dos procedimentos e o ateste das notas fiscais.
- j)** **Exercer o controle e a fiscalização dos serviços**, podendo realizar visitas *in loco* na **clínica contratada** para verificar as condições de higiene, bem-estar animal e o cumprimento das normas do CRMV-RS. *(Ajustado de clínicas credenciadas para clínica contratada)*.
- l)** **Disponibilizar à contratada** o acesso aos formulários ou sistemas necessários para o registro dos dados da microchipagem e relatórios de atendimento.
- m)** Efetuar o pagamento à Contratada mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, observando as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e a disponibilidade de recursos do **Convênio FPE nº 1524/2025**.
- n)** Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para a devida correção.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** **Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação**, incluindo Alvará Sanitário e registro regular no CRMV-RS, sob pena de rescisão contratual imediata ;
- d)** **Proibição de Cobrança Complementar:** Fica vedado à Contratada exigir dos tutores ou protetores qualquer pagamento adicional por materiais, medicamentos, anestesia ou taxas de limpeza, uma vez que o valor contratado é na modalidade "pacote completo";
- e)** **Responsabilidade Técnica:** Assumir total responsabilidade por intercorrências transoperatórias e pós-operatórias imediatas, prestando o socorro necessário ao animal sem custos para o Município;
- f)** **Registro e Rastreabilidade:** Realizar a microchipagem conforme o padrão técnico exigido e assegurar que o número do chip seja corretamente vinculado ao prontuário do animal enviado para medição;
- g)** **Descarte de Resíduos:** Responsabilizar-se pelo correto descarte de resíduos de serviços de saúde (lixo hospitalar e perfurocortantes) gerados durante os procedimentos, conforme normas da ANVISA;
- h)** **Atendimento Humanizado:** Tratar os animais e seus tutores com zelo e urbanidade, garantindo que os animais permaneçam em local seguro e limpo durante a recuperação anestésica;
- i)** **Comunicação de Óbito:** Informar imediatamente à Secretaria (SMSMTD) qualquer intercorrência grave ou óbito de animal sob sua responsabilidade, apresentando laudo técnico detalhando as causas.

10.2. Além das obrigações cirúrgicas, a empresa vencedora deverá cumprir rigorosamente os seguintes protocolos de identificação eletrônica:

Especificação do Insumo: Utilizar microchips que atendam ao padrão internacional **ISO 11784 e ISO 11785 (FDX-B)**, biocompatíveis e encapsulados em bio-vidro, contendo código numérico único e inalterável.

Protocolo de Aplicação: Realizar a leitura prévia do microchip antes da implantação para conferência do código; efetuar a implantação por via subcutânea, preferencialmente na região interescapular (nuca); realizar nova leitura após a aplicação para confirmar o sucesso do procedimento.

Registro e Relatório:

Vincular o número do microchip aos dados do tutor e do animal no prontuário de atendimento; fornecer ao Município, junto com a Nota Fiscal, um relatório em planilha eletrônica contendo: Nome do Tutor, CPF, Endereço, Espécie, Sexo, Peso do Animal e o respectivo Código do Microchip.

Comprovação: Colar a etiqueta com o código de barras no Relatório Individual e anexar o registro fotográfico do visor do leitor de microchip exibindo o código após a implantação.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

11.1. Do Procedimento Cirúrgico: A Contratada garante a perfeita execução do ato cirúrgico, responsabilizando-se tecnicamente por qualquer intercorrência decorrente de falha na técnica operatória ou anestésica (como hemorragias, deiscência de suturas ou infecções por falta de assepsia) pelo período mínimo de **15 (quinze) dias** após a alta do animal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

11.2. Dos Insumos:

11.2.1. Os medicamentos e fios de sutura utilizados devem estar dentro do prazo de validade e seguir as normas da ANVISA/MAPA.

11.2.2. Da Microchipagem: A Contratada garante a funcionalidade do microchip e a permanência do código eletrônico. Caso o chip apresente falha de leitura ou migração excessiva por erro de aplicação no prazo de 12 meses, a Contratada deverá realizar nova implantação sem ônus ao Município.

11.3. Da Responsabilidade Civil: A garantia prevista neste item não exclui a responsabilidade da Contratada por danos causados a terceiros (tutores) ou ao patrimônio público, conforme o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Retorno e Avaliação: A Contratada deverá garantir o atendimento de retorno para avaliação da ferida cirúrgica ou retirada de pontos (caso a técnica de pontos internos sofra deiscência ou não seja aplicada), sem qualquer ônus adicional ao tutor ou à Administração, dentro do período de recuperação pós-operatória.

CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. A fiscalização da execução do contrato será exercida por representantes da Administração, especificamente pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil (SMSMTD), devidamente designados por portaria.

12.6. Gestão e Fiscalização:

- Gestor do Contrato: Secretário da SMSMTD - Ailson dos Santos Carvalho – Decreto 21.245/2025, responsável pelas decisões administrativas e aditamentos.
- Fiscais Técnicos: Luana Belladonna – Diretora do Depto de Proteção e Bem-estar Animal (Fiscal titular – Decreto nº 20.996/2025), responsável pelo acompanhamento diário, conferência das fichas clínicas, fotos dos animais e validação da microchipagem.

12.7. Das Atribuições dos Fiscais:

- Conferir se o peso do animal registrado na **foto do visor da balança** condiz com o item faturado na Nota Fiscal ;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

- Verificar se o número do microchip informado consta no banco de dados do Município;
- Realizar, a qualquer tempo, vistorias na contratada para verificar as condições de alojamento e bem-estar dos animais do convênio;
- Relatar por escrito qualquer irregularidade para que o Gestor possa aplicar as sanções cabíveis.

12.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, nem pela saúde e integridade física dos animais atendidos.

12.9. As divergências entre a fiscalização e a contratada serão resolvidas pelo Gestor do Contrato, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços de castração e microchipagem, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las e prestar todas as informações solicitadas.

13.2. Da Inspeção Técnica: o(a) fiscal do contrato poderá realizar inspeções por amostragem que consistem em:

- **I. Auditoria de Prontuários:** Conferência aleatória das fichas clínicas e termos de consentimento assinados pelos tutores;
- **II. Inspeção de Bem-Estar:** Verificação das condições das gaiolas, higiene do ambiente de recuperação e validade dos medicamentos utilizados.

13.3. Da Inspeção de Pesagem: A fiscalização conferirá rigorosamente as fotos de pesagem enviadas. Caso seja constatada **divergência técnica** entre o porte do animal registrado na foto e a faixa de peso faturada, será aberta diligência para que a **CONTRATADA** apresente justificativa ou corrija a fatura, ficando o pagamento do referido item suspenso até a regularização.

13.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade nos testes de leitura de microchip ou na qualidade da sutura, a **CONTRATADA** deverá refazer o procedimento ou sanar a falha imediatamente, **sem qualquer custo adicional para o Município.**

CAPÍTULO V **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. A aceitação dos serviços para fins de pagamento está condicionada ao cumprimento integral das especificações contidas no Capítulo III deste Termo de Referência.

14.2. Critérios de Rejeição: O serviço será sumariamente rejeitado e a medição glosada (descontada) caso ocorra:

- **a)** Falta de registro fotográfico que comprove a pesagem do animal (fator determinante para o valor do item);
- **b)** Realização de procedimento em animal não autorizado por Ordem de Serviço (OS) prévia;
- **c)** Constatação comprovada de cobrança de valores adicionais aos tutores/protetores.

14.3. Do Aceite Provisório: Será emitido pelo fiscal técnico após a entrega do relatório mensal, servindo apenas para conferência quantitativa e documental.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

14.4. Do Aceite Definitivo: Ocorrerá após a validação da qualidade técnica e conformidade dos dados de microchipagem. Somente após o Aceite Definitivo a Nota Fiscal será encaminhada para liquidação e pagamento.

14.5. Em caso de dúvida sobre o peso do animal registrado em foto, a Administração poderá aplicar a média da faixa de peso imediatamente inferior, salvo se a contratada apresentar justificativa técnica aceitável.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. *O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:*

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- III. dar causa à inexecução total do contrato;*
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;*
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

15.2. *Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:*

- I. advertência;*
- II. multa;*
- III. impedimento de licitar e contratar;*
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

15.2.1. *Na aplicação das sanções serão considerados:*

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;*
- II as peculiaridades do caso concreto;*
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;*
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

15.2.3. *A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.*

15.2.4. *A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 30 (trinta) dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item **15.2** deste termo, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da **Prefeitura Municipal de São Borja**, pelo prazo de **3 (três) anos**.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.13. Multa por Descumprimento de Normas Sanitárias e de Bem-Estar: Considerando a natureza do objeto, qualquer negligência que resulte em maus-tratos, falta de assepsia ou erro técnico comprovado que cause dano ao animal, será considerado inexecução parcial com grave dano à Administração (Inciso II do item 15.1), sujeitando a contratada às sanções previstas, sem prejuízo de denúncia ao CRMV-RS e órgãos policiais.

15.2.14. Responsabilidade por Cobrança Indevida: A constatação de cobrança de qualquer valor adicional aos tutores ou protetores, referente a insumos ou serviços já cobertos pelo pacote de castração, será considerada falta grave, ensejando a aplicação de multa e a abertura de processo de rescisão contratual.

15.2.15. Caracterização de Comportamento Inidôneo: A recusa injustificada em atender animais encaminhados via Ordem de Serviço, ou a falsificação de registros de microchipagem e fotos de pesagem para obtenção de vantagem financeira, configurará comportamento inidôneo (Inciso X do item 15.1), sujeitando a clínica à sanção de **declaração de inidoneidade**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. Do Pagamento:

- **16.1.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de crédito em conta corrente em nome da Contratada, após o recebimento definitivo dos serviços pela fiscalização (conforme item 8.3).
- **16.1.2.** A Nota Fiscal deverá ser emitida pela clínica contratada com a descrição detalhada dos itens executados (ex: quantidade de gatos, cães por faixa de peso), acompanhada do relatório de microchipagem e do **comprovante fotográfico de pesagem** devidamente validados pela fiscalização.
- **16.1.3.** O prazo para pagamento será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data do ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato.
- **16.1.4. Da Antecipação por Produtividade:** Fica facultado à Contratada solicitar a medição e o faturamento parcial sempre que a execução atingir 50% (cinquenta por cento) do valor global do contrato, independentemente do fechamento do mês, desde que apresentada toda a documentação comprobatória exigida no item 16.1.2.
- **16.1.5. Da Regularidade Fiscal:** A cada pagamento, a Contratada deverá apresentar as certidões de regularidade com o FGTS, INSS e Tributos Municipais, Estaduais e Federais, sob pena de retenção do pagamento até a regularização.

16.2. Da Fonte de Recursos:

- **16.2.1.** As despesas para a execução deste objeto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da SMSMTD, vinculadas ao **Programa 177 – Sanidade Animal**, Lei Municipal nº 6.277/2026 e ao **Convênio FPE nº 1524/2025**.

16.3. Do Reajustamento:

- **16.3.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- **16.3.2.** Caso o contrato seja prorrogado além de um ano, o reajuste poderá ser aplicado com base na variação do **IPCA/IBGE**, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**.

16.4. Retenções:

- **16.4.1.** O Município efetuará a retenção dos tributos na fonte, conforme a legislação vigente, salvo se a **CONTRATADA** apresentar comprovante de optante pelo Simples Nacional.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR GRUPO DE ITENS(LOTE)- PREÇO GLOBAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

17. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

17.1. Do Critério de Julgamento: A presente licitação adotará o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, nos termos dos **artigos 33, inciso I, e 40, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Justificativa: A seleção por **Lote Único** (reunindo todas as faixas de peso e espécies) visa garantir a padronização dos procedimentos cirúrgicos, a centralização da responsabilidade técnica e a eficiência logística. Tal medida assegura que o controle de pesos e o cumprimento das metas do **Convênio FPE nº 1524/2025** ocorram em um único local, facilitando a fiscalização pela SMSMTD e garantindo a execução integral do orçamento previsto de **R\$ 50.700,00**.

18. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

18.1. Requisitos da Proposta: A proposta deverá conter, obrigatoriamente:

I. Identificação Completa: Razão Social, CNPJ, endereço e contato.

II. Preços: Indicação do valor global para o lote, respeitando o limite máximo total de **R\$ 50.700,00**.

III. Capacidade Operacional: Declaração informando a capacidade mensal de procedimentos para fins de organização do cronograma pela SMSMTD.

IV. Descritivo Técnico: Declaração de que utilizará técnicas e protocolos anestésicos em conformidade com o Capítulo III deste TR.

18.2. Aceitação da Proposta: A aceitação está condicionada à:

- a) Plena conformidade com as exigências deste Termo de Referência;
- b) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e técnica (Habilitação);
- c) Ciência de que o pagamento ocorrerá por demanda real, respeitando o valor global do **Convênio FPE nº 1524/2025**.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

19.1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

- a) Ato Constitutivo (Contrato Social) registrado, com objeto social compatível com serviços veterinários;
- b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

19.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível ou superior em características com o ora licitado.
- b) Comprovante de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

c) Apresentação de profissional, legalmente habilitados e devidamente registrado no conselho profissional competente (CRMV-RS), certificando que o mesmo é responsável técnico pela empresa junto ao órgão competente.

d) Alvará Sanitário (Municipal ou Estadual), vigente.

e) Alvará de localização e funcionamento, vigente, expedido pelo Município sede da empresa.

f) Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, incluindo centro cirúrgico equipado para atender emergências.

19.3. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

19.3.1. A empresa deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, ou executa, serviços de castração em cães e gatos, de forma compatível com o objeto desta licitação.

19.4. VISTORIA

() Opcional () Obrigatória

19.5. AMOSTRA

(X) Não () Sim

Justificativa: Trata-se de prestação de **serviços médico-veterinários** personalizados e realizados em seres vivos (cães e gatos), o que torna a apresentação de "amostras" tecnicamente impossível e eticamente vedada pelas normas do CRMV.

19.6. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

A execução do objeto deste Termo de Referência deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes normas e legislações vigentes:

Lei Federal nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Federal nº 13.426/2017: Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos;

Resolução CFMV nº 1.275/2019: Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários;

Resolução CFMV nº 962/2010: Dispõe sobre as normas de controle da reprodução de cães e de gatos e sobre os projetos de mutirão de castração;

Lei Estadual (RS) nº 15.254/2019: Dispõe sobre o bem-estar animal no Estado do Rio Grande do Sul;

Instrução Normativa específica do Convênio FPE nº 1524/2025 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

19.7. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

19.7.1. Conforme a Lei Complementar nº 123/2006, as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) gozarão de todos os benefícios legais, incluindo a preferência de desempate conforme as regras do Pregão Eletrônico.

19.7.2. Regularidade Fiscal Tardia: Caso a ME ou EPP vencedora apresente restrição na documentação fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização, como condição para a assinatura do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

19.7.3. Do Empate Ficto: No caso de empate entre propostas, será assegurada a preferência de contratação para as MEs e EPPs, conforme os critérios estabelecidos no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

19.7.4. Da Inaplicabilidade de Cotas: Não se aplicam as cotas reservadas de 25%, uma vez que o objeto é considerado indivisível (Lote Único) para garantir a eficiência logística e a padronização técnica exigida pelo Convênio FPE nº 1524/2025.

19.8. DAS VEDAÇÕES

19.8.1. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas vedações do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, em especial:

I. Agentes Públicos: Profissionais que mantenham vínculo de cargo efetivo, em comissão ou função gratificada na Prefeitura de São Borja, bem como seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau.

II. Impedidos ou Inidôneos: Empresas ou profissionais cumprindo sanção de suspensão ou declaração de inidoneidade em qualquer ente federativo.

III. Autores do Projeto: Quem participou da elaboração deste Termo de Referência ou do Edital.

IV. Condenados por Crime Ambiental: Empresas ou sócios com condenação penal transitada em julgado por crimes ambientais ou maus-tratos a animais (Lei 9.605/1998).

19.8.2. É vedada a participação de empresas que possuam em seu quadro societário servidor público municipal que exerça funções de assessoria ou chefia na **SMSMTD**.

19.8.3. Não será permitida a **subcontratação** total ou parcial do objeto. A **CONTRATADA** deve executar os serviços em suas próprias instalações e com sua própria equipe técnica.

20. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇO MÁXIMO

20.1. O valor total estimado para esta licitação é de **R\$ 50.700,00 (cinquenta mil e setecentos reais)**, em estrita observância aos recursos descentralizados e disponíveis para o exercício de **2026**.

20.2. A Administração fixou o valor acima como **Preço Máximo Aceitável**, fundamentando-se nos seguintes motivos:

- **I. Vinculação ao Plano de Trabalho do Estado:** O valor estabelecido reflete o teto orçamentário aprovado pelo Governo do Estado do RS no Plano de Trabalho do **Convênio FPE nº 1524/2025**;
- **II. Parâmetro Técnico-Objetivo:** Este limite visa garantir que a meta de castrações seja atingida conforme o recurso disponível no **Programa 177 – Sanidade Animal**;
- **III. Prevenção de Sobrepreço:** Ao utilizar os preços balizados por convênios estaduais, a Administração evita influências de variações subjetivas do mercado local, garantindo a vantajosidade para o erário;
- **IV. Competitividade via Pregão:** O valor de **R\$ 50.700,00** servirá como teto, permitindo que a disputa na modalidade **Pregão Eletrônico** reduza o custo unitário por meio de lances, ampliando o número final de animais beneficiados.

20.3. Caso a fase de lances resulte em valores inferiores ao teto estipulado, o saldo remanescente poderá ser utilizado para a ampliação das metas de castração, respeitando a natureza estimativa do objeto.

20.4. Fica desconsiderado, para fins de cálculo da mediana, o valor orçado pela clínica **Brenda Letícia** referente ao item de **felinos**, por apresentar preço manifestamente superior ao mercado (outlier). Tal medida visa garantir a economicidade e preservar a vantajosidade da contratação, evitando que uma cotação isolada e excessiva eleve o valor de referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

20.5. A definição do quantitativo total de animais (superior à meta mínima de 89 indivíduos prevista inicialmente no plano de trabalho) fundamenta-se no **Princípio da Eficiência** (Art. 37, caput, CF/88) e na necessidade de execução integral do aporte financeiro do **Convênio FPE nº 1524/2025**. O valor global de **R\$ 50.700,00** compreende o repasse estadual de R\$ 50.000,00 somado à contrapartida municipal, devendo ser integralmente aplicado no objeto pactuado para evitar a devolução de recursos e o prejuízo ao erário.

20.6. Considerando que o valor de referência foi obtido por meio da **Mediana** das propostas — metodologia que expurga preços excessivos (**outliers**) e reflete a real tendência do mercado regional — constatou-se que a manutenção de apenas 89 animais resultaria em uma **subutilização gravíssima do recurso público**. Sob o prisma do **Princípio da Economicidade**, a Administração tem o dever de buscar o máximo de benefício social com o menor custo possível. Portanto, as quantidades foram ajustadas para que o valor global da licitação atinja o teto de **R\$ 50.700,00**, permitindo que o Município de São Borja castre o maior número possível de animais dentro do orçamento disponível. Tal medida garante o cumprimento das metas finalísticas de saúde pública e manejo populacional ético, respeitando o equilíbrio entre as espécies canina e felina e suas variações biométricas.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
01	Prestação de serviço de castração de cão (macho) até 10kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	25	R\$ 379,00	R\$ 9.475,00
02	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea) até 10kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	30	R\$ 459,00	R\$ 13.770,00
03	Prestação de serviço de castração de cão (macho) de 10,1kg a 20kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	07	R\$ 490,00	R\$ 3.430,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

04	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea), de 10,1kg a 20kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	07	R\$ 530,00	R\$ 3.710,00
05	Prestação de serviço de castração de cão (macho), de 20,1kg a 30kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	05	R\$ 485,00	R\$ 2.425,00
06	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea), de 20,1kg a 30kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	05	R\$ 737,00	R\$ 3.685,00
07	Prestação de serviço de castração de cão (macho), acima de 30,1kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem + mão de obra	Un	04	R\$ 658,5	R\$ 2.634,00
08	Prestação de serviço de castração de cão (fêmea), acima de 30,1kg , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirurgica + microchipagem +	Un	04	R\$ 840,00	R\$ 3.360,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

	mão de obra				
09	Prestação de serviço de castração de gato (macho ou fêmea) , incluindo procedimento cirúrgico com anestesia + 01 dosagem de antibiótico + 01 dosagem de anti-inflamatório + roupa cirúrgica + microchipagem + mão de obra; a prestação de serviço de esterilização cirúrgica de Felinos (Macho ou Fêmea). “(A adoção de preço único para felinos fundamenta-se na simplificação do controle operacional e na busca pelo equilíbrio econômico-financeiro da contratação).”	Un	33	R\$ 236,90	R\$ 7.817,7
TOTAL					R\$ 50.306,7



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município.

21.2. Dotação orçamentária da contratação.

21.2.1. As despesas para a execução deste objeto, no valor total de R\$ 50.700,00, correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme o demonstrativo abaixo:

Órgão: 21 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança

Unidade Orçamentária: 21.07 – Departamento do Bem-Estar Animal

Função/Subfunção: 210718.604 – Gestão Ambiental / Defesa Sanitária Animal

Programa/Ação: 0177.2327 – Sanidade Animal / Manutenção do Departamento do Bem-Estar Animal

Elemento de Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recurso (Reduz): 44704-8

Vínculo: 1413 | 2701-0000 (Referente ao Convênio/Recurso Vinculado)

Recurso (Reduz): 44703-0

Vínculo: 0001 | 1500 – 0000 (Referente ao saldo restante do valor do Convênio)

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São Borja/RS, 16 de março de 2026

Vitor Hugo Cacciatore Bonetti
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Matrícula 111094027
Nome/Função/Cargo

Ailson dos Santos Carvalho
Secretário(a) da Pasta
Decreto nº 21.245/2025

(x) Defiro
() Indefiro

Prefeito de São Borja /RS
José Luiz Rodrigues Machado